

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL, GOVERNANÇA E TURISMO
NA REGIÃO DO CAMPO DAS VERTENTES: análise de três
municípios da Estrada Real**

THIAGO DE SOUSA SANTOS
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL (USCS)
thiago.santos@ifsuldeminas.edu.br

Introdução

O estudo será realizado com o objetivo de estudar e analisar o papel da governança no desenvolvimento regional a partir do turismo na região do Campo das Vertentes. Para alcançar o objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos: Investigar quais ações são desenvolvidas por órgãos de governança para fortalecer o turismo na região; Verificar os resultados gerados pelas ações de fortalecimento do turismo para o desenvolvimento regional; Verificar como se dá a articulação dos órgãos de governança nas ações desenvolvidas nos municípios estudados.

Problema e Objetivo de Pesquisa

A pesquisa é importante, devido a contribuição que a identificação de ações estratégicas, seja de governança da atividade turística, seja de desenvolvimento regional por meio do turismo, das partes integrantes ao contexto analisado pode trazer para potencializar o desenvolvimento regional de outras regiões existentes no Brasil e que apresentam condições, potencial, vocação e tradições semelhantes. Somado a tal questão, este estudo vai em direção da compreensão das características e comportamentos dos atores do setor de turismo como uma atividade fomentadora do desenvolvimento regional.

Fundamentação Teórica

Boisier (1996) destaca que desenvolvimento regional resulta de um processo de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela. O turismo tem sido visto em muitos lugares, sobretudo nas cidades históricas, como o meio mais fácil e rápido para o desenvolvimento econômico e, em alguns casos, como o único (SILVEIRA, 2008). A governança vai além do gerenciamento, estabelecendo estruturas capazes de lidar com cultura, direção e organização geral das organizações.

Metodologia

A proposta desta pesquisa pode ser alcançada utilizando-se a abordagem qualitativa de investigação. A pesquisa é do tipo exploratória a qual procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno. Como instrumento de coleta de dados, serão utilizadas fontes primárias e secundárias. Para análise das entrevistas será utilizado a análise de conteúdo. Será utilizado ainda a análise categorial.

Análise dos Resultados

Os resultados da pesquisa visa compreender o papel da governança no desenvolvimento regional a partir do turismo na região do Campo das Vertentes, tendo como objeto os municípios de São João Del Rei, Tiradentes e Prados. Para atingir tal finalidade, será adotado o modelo proposto por Tomazzoni, o qual propõe a análise das dimensões Econômica, Cultural e Organizacional. Na dimensão Organizacional fatores relacionados a governança serão incluídas como elementos de análise para que seja possível ampliar a discussão e entendimento da complexa relação existente no ambiente do turismo.

Conclusão

A atividade turística existente nos municípios necessita ser mais bem compreendida e analisada por diversos atores, pois sua disseminação e evolução ocorreram como uma espécie de verdade inquestionável, e pode ser capaz de contornar alguns problemas dos municípios e potencializar o desenvolvimento da região. Por isso torna-se necessário compreender sua origem e os interesses que a norteiam, para que a decisão de fomentá-la e/ou promovê-la não seja demasiadamente ingênua ou descomprometida.

Referências Bibliográficas

- BAIDAL, J. A. I. Regional tourism planning in Spain: evolution and perspectives. University of Alicante, Spain. *Annals of Tourism Research*. v. 31, issue. 2, 2014.
- BEAUMONT, N.; DREDGE, D. Local tourism governance: A comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 18, n.1, p. 7–28. 2010.
- TOMAZZONI, E. Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à Região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil). 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, GOVERNANÇA E TURISMO NA REGIÃO DO CAMPO DAS VERTENTES: análise de três municípios da Estrada Real

Palavras Chaves: Desenvolvimento Regional, Turismo, Governança.

Introdução

A valorização do regional como contraponto ao global vem contribuindo para que, nos meios acadêmicos, se discutam, com ênfase cada vez maior, questões de natureza conceitual e teórica relativas à região, ao regionalismo e a regionalidade (GIL et al, 2009). Associado ao exposto, como fator de desenvolvimento econômico, o turismo pode gerar aumento e redistribuição de renda por meio da comercialização de bens e serviços, no qual o turista gasta boa parte de sua renda em diferentes setores da economia. Como fator de desenvolvimento social, a atividade turística pode contribuir com o aumento de empregos diretos e indiretos. No campo cultural, pode contribuir para a proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental (SILVEIRA, 2008).

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council - WTTC), divulgou em seu relatório de 2013, que o setor de viagens e turismo contribuiu com 9,5% para a economia global. De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, o deslocamento internacional de turistas passou de 25 milhões em 1950 para 1.087 milhões em 2013. Os números do Brasil mostram ainda que o setor apresentou uma contribuição total – que inclui as atividades diretas, indiretas e induzidas do turismo - de 9,2% do PIB, o equivalente a US\$ 205,6 bilhões gerados. Dentre a lista das maiores economias do turismo no mundo, os Estados Unidos lideram com uma renda de cerca de US\$ 1,4 trilhões. O Brasil aparece em sexto lugar. Isto demonstra que a atividade é rentável e competitiva, que, se planejada adequadamente, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios e de suas comunidades (HALL, 2001; MOLINA, 2005; WTTC, 2014).

O turismo pode gerar impostos e empregos, mas requer para tal estruturas e serviços qualificados. O setor contribui com o desenvolvimento de outros setores econômicos, proporciona a preservação e conservação de áreas, prédios e outros atrativos, desde que haja estrutura, planejamento e investimento. Sem planejamento, pode gerar congestionamento, poluição, degradação, perda da identidade local, entre outros (SILVEIRA, 2008).

Neste contexto, o turismo, por tratar-se de uma atividade que pressupõe determinado nível de estrutura organizacional fundamentada nas necessidades e nas motivações manifestadas pelos atores envolvidos, requer uma série de ações voltadas ao atendimento dos requisitos da oferta e das exigências da demanda. Tais ações, por sua vez, necessitam ser ordenadas em decisões pautadas em políticas públicas para o setor, as quais carecem de uma governança da atividade turística de forma institucionalizada, capaz de defini-las e implementá-las com legitimidade (DREHER, SALINI, 2010). Ao poder público cabe prover infraestrutura básica, sensibilizar atores, promover destinos, regulamentar a atividade e especialmente, planejar, estabelecendo objetivos, metas e diretrizes macro, tendo em vista o desenvolvimento amplo da atividade no território (MINAS GERAIS, 2015).

Conforme o Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, os destinos indutores de desenvolvimento turístico regional são aqueles que possuem infraestrutura turística básica e atrativos qualificados, que se caracterizam como

núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (MTUR, 2008).

No estado de Minas Gerais, o governo aprovou em janeiro de 1999, a Lei no 13.173, instituindo o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. O percurso denominado "Estrada Real" foi originalmente utilizado por bandeirantes, escravos, tropeiros e aventureiros interessados na exploração das riquezas das Minas Gerais dos séculos XVII a XIX (BARBARÁ et al, 2007). Alguns dos objetivos do programa são resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes e os ainda não explorados.

Dentre os municípios de Minas Gerais que compõem a Estrada Real e que desenvolvem o turismo, alguns da Mesoregião do Campo das Vertentes, como São João Del Rei (1), Tiradentes (2) e Prados (3), se destacam pois têm na atividade turística uma importante fonte de renda e ocupação (OLIVEIRA e JANUÁRIO, 2007; NEVES e CARNEIRO, 2012; RODRIGUES, SILVA e DINIZ, 2012). Assim sendo, tais municípios foram escolhidos como objeto de pesquisa, uma vez que Tiradentes é considerado um destino indutor em nível nacional; São João Del Rei é considerado um destino indutor em nível estadual e Prados por possuir características culturais e históricas semelhantes aos municípios em questão, como a arquitetura barroca datada dos séculos XVIII e XIX, pela tradição das festas religiosas, pela produção artesanal, além de serem municípios limítrofes e se destacam pela atividade turística na região. (COSTA e CASTRO, 2008; SILVEIRA, 2008; RODRIGUES, SILVA e DINIZ, 2012; NEVES e CARNEIRO, 2014).

Além do Programa Estrada Real, em Minas Gerais, no ano 2000, foi fundado Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possibilitaria os municípios atender a Lei Estadual nº 13.341 a qual estabelece que os municípios se articulem de forma regionalizada para o planejamento participativo do turismo. São 22 municípios da região do Campo da Vertentes que compõem o Circuito Turístico. O Circuito leva este nome porque, dos 23 inconfidentes mineiros, nove residiram na Comarca do Rio das Mortes, cuja sede era a Vila de São João del-Rei. Cortado pela Estrada Real, por onde passaram os primeiros colonizadores e os libertários comandados por Tiradentes, este é um Circuito de vasta riqueza (OLIVEIRA, JANUÁRIO, 2007; CIRCUITO TURÍSTICO TRILHA DOS INCONFIDENTES, 2010).

Problema e Objetivo de Pesquisa

Diante do exposto, vários questionamentos surgiram sobre o papel do turismo no desenvolvimento dos municípios e sobre o impacto do projeto Estrada Real e do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes sobre os mesmos: Quais os benefícios gerados na população com a exploração do turismo e a proposta do projeto Estrada Real? Qual o impacto da atividade turística na população local, em relação a ocupação e geração de renda? Qual a influência da Estrada Real e do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes para o desenvolvimento turístico da região? Quais as vantagens e os impasses dos organismos de governança regional para promover a atividade turística dos municípios citados?

Assim sendo, buscou-se definir como questão central de pesquisa: qual o papel da governança no desenvolvimento regional a partir do turismo na região do Campo das Vertentes?

Baseado na questão de pesquisa, pensou-se no seguinte pressuposto: A atividade turística desenvolvida nos municípios analisados corresponde a um modelo de elemento de governança que fortalece o Desenvolvimento Regional.

A partir da questão de pesquisa, definiram-se o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam o projeto de pesquisa, conforme apresentado a seguir.

Objetivo geral

O estudo será realizado com o objetivo de estudar e analisar o papel da governança no desenvolvimento regional a partir do turismo na região do Campo das Vertentes.

Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar quais ações são desenvolvidas por órgãos de governança para fortalecer o turismo na região;
- b) Verificar os resultados gerados pelas ações de fortalecimento do turismo para o desenvolvimento regional;
- c) Verificar como se dá a articulação dos órgãos de governança nas ações desenvolvidas nos municípios estudados;

O novo modelo de desenvolvimento, focado em aspectos locais, passou a incorporar não apenas o crescimento da produção nacional e renda, mas também a realização da qualidade de vida, da equidade, da democratização, da cidadania e da proteção ao meio ambiente (COSTA e CUNHA, 2002).

Em relação a atividade turística, a EMBRATUR adota a metodologia de Boullon (2002), que considera quatro componentes de determinação, que são os atrativos turísticos, o empreendimento turístico, a infraestrutura e a superestrutura turística, que envolvem as ações desenvolvidas pelo poder público e a iniciativa privada. Cooper et al (2001) observa que existe significativa dispensa de mão-de-obra devido aos avanços tecnológicos em setores produtivos da economia como agricultura e indústria, fato que não ocorre tanto no turismo, uma vez que este absorve mão-de-obra expressiva.

Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR/MG (2007), um circuito turístico é o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma identidade regional.

Tais organizações são compostas por pessoas físicas e jurídicas, órgãos públicos, associações e entidades, que em geral se voltam para o desenvolvimento turístico da região onde está inserido (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2008). Um Circuito Turístico é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, formada por membros da sociedade civil e do poder público; e por um profissional, que o gestor contrata para executar as ações necessárias (SETUR/MG, 2007).

Na política de formação dos circuitos turísticos do estado de Minas Gerais, um dos principais objetivos é proporcionar um aumento do número de visitantes e a permanência destes em seu interior, gerando assim mais emprego e renda nos municípios abrangidos pela região do circuito (MINAS GERAIS, 2003).

De acordo com dados da SETUR, a região do campo das vertentes teve um aumento de 53,2% no número de estabelecimentos do setor de hospedagem em Minas Gerais entre 2006 a 2014. Tal taxa de variação é maior que nas regiões sul, metropolitana e de Belo Horizonte que possuem o maior número de estabelecimentos do setor de hospedagem em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015).

Os municípios selecionados compõem uma região na qual a atividade artesanal e o turismo são características marcantes, o que resultou, inclusive, na criação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, nome este motivado pela representação histórica da região no período da Inconfidência Mineira.

A pesquisa é importante, devido a contribuição que a identificação de ações estratégicas, seja de governança da atividade turística, seja de desenvolvimento regional por meio do turismo, das partes integrantes ao contexto analisado pode trazer para potencializar o desenvolvimento regional de outras regiões existentes no Brasil e que apresentam condições, potencial, vocação e tradições semelhantes. Baidal (2014), analisa a atividade turística regional na Espanha, ressaltando que os resultados variam de acordo com as políticas regionais. Para tais políticas deve-se utilizar de um modelo político-administrativo no qual prevalece a intervenção das administrações locais e regionais.

Dentro dos estudos de Carvalho e Alberton (2006), Oliveira (2007), Martins et al (2010), Bessa (2013) nas análises feitas em relação a Estrada Real, não se discute a governança da atividade turística e o Desenvolvimento regional de forma integrada. Tais tópicos são apresentados de maneira fragmentada, sem relacionar de que modo um elemento pode influenciar o outro. Em sua grande parte, são estudos qualitativos utilizando como método o estudo de casos. No estudo de Barbará (2007), a proposta visa analisar a efetividade dos modelos de governança adotados em programas de desenvolvimento turístico no país, tendo como base o estudo de caso do Programa Estrada Real. Entretanto, não se estabelece uma relação direta da governança da atividade turística sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Por sua vez, Valente et al (2015) aproxima-se da proposta da pesquisa quando examina as práticas de liderança em duas Organizações de Turismo Regional, sendo uma delas o Instituto Estrada Real e a Associação Circuito do Ouro. Estes autores indicam propostas de aprofundamento na análise da atividade turística, sem, no entanto, definir claramente os elementos que influenciam o desenvolvimento regional.

Somado a tal questão, este estudo vai em direção da compreensão das características e comportamentos dos atores do setor de turismo como uma atividade fomentadora do desenvolvimento regional nos municípios estudados. Visualiza-se então as relações entre as políticas públicas de turismo, a governança existente e o impacto no desenvolvimento regional.

Diante deste cenário, considera-se esta investigação inovadora porque busca compreender os elementos de governança da atividade turística existentes nos três municípios e se o turismo contribui para o desenvolvimento regional. A pesquisa também deverá

contribuir para um maior entendimento conceitual dos temas em questão, permitindo assim ampliar as discussões sobre os estudos relacionados às teorias sobre governança, atividade turística e a relação com o desenvolvimento regional.

A rigor, espera-se também que, a partir desta pesquisa, as diversas organizações públicas, privadas e do terceiro setor envolvidas possam ter um arcabouço de informações relevantes que sejam indutoras de novas e melhores ações, contribuindo para fortalecer o desenvolvimento da região estudada.

Fundamentação Teórica

Desenvolvimento Regional

Considera-se desenvolvimento como algo que promove mudanças estruturais sociais e econômicas. Neste contexto Souza (1999) destaca que, desenvolvimento econômico define-se, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico. Forças locais presentes nos territórios são fatores determinantes ao seu desenvolvimento e são manifestadas por meio dos sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais, que se formaram ao longo de suas histórias. Assim, observa-se que trata-se de um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade (SOUZA, 1999; PITTERI, SAES e BRESCIANI, 2015).

Pike et al. (2007, p.1263) afirmam que um dos atuais entendimentos de desenvolvimento é "o estabelecimento de condições e instituições que promovam a realização do potencial das capacidades e faculdades da mente humana em pessoas, comunidades e (...) lugares".

Considerando tal contexto, a importância crescente da análise sobre desenvolvimento regional/local encontra-se, atualmente, em inúmeros estudos, tanto em âmbito nacional quanto internacional (ALCADE, LE BOURLEGAT, CASTILHO, 2007). Deste modo, construir conceitos de políticas públicas e desenvolvimento regional consiste em um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento. Além disso, ainda é possível contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações conjuntas. Diante disso, conhecer o perfil da região estudada torna-se essencial, pois, sem conhecê-la, bem como sua realidade, se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos, assim como os atores regionais envolvidos no processo (SANTOS, 2011).

Boisier (1996, p. 33) destaca que desenvolvimento regional resulta de "um processo de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela".

Para Amaral Filho (1996), o desenvolvimento regional, consiste no processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

As políticas de desenvolvimento regional, até a década de 1970, encontravam-se centradas na atração de empresas externas para as regiões periféricas (VÁZQUEZ, 2001). Tais políticas eram realizadas através de subvenções, incentivos, auxílios, investimentos

públicos em infraestrutura objetivando a formação de polos de crescimento, essencialmente baseados por modelos exógenos de desenvolvimento regional.

Turismo

O conceito de turismo é muito abrangente e na realidade não existe um único e verdadeiro conceito, uma vez que apresenta diversas concepções que estão relacionadas com a abordagem de cada autor (SOUZA, 2012). Na definição apresentada, nota-se, as seguintes variáveis: tempo de permanência, a visita sem fins lucrativos e a livre escolha. Além das variáveis, têm-se os elementos que compõem esta atividade intangível, que são: os turistas, o espaço geográfico e os negócios e instituições.

O turismo tem sido visto em muitos lugares, sobretudo nas cidades históricas, como o meio mais fácil e rápido para o desenvolvimento econômico e, em alguns casos, como o único (SILVEIRA, 2008). Assim sendo, cabe aos agentes de desenvolvimento turístico discutir e decidir como deve ser esse desenvolvimento e o que estão dispostos a fazer para melhorar a atividade para que ocorra ganho e não perda na qualidade de vida local. Neste sentido, considera-se como papel da administração pública, juntamente com a comunidade local, apontar possíveis ações para o seu melhor funcionamento. Girard e Nijkamp (2009, p.20) destacam que “o turismo tornou-se um setor global com amplo e significativo impacto no resultado social e econômico no desenvolvimento de nações e regiões”.

O turismo caracteriza-se por ser um setor que se tem destacado como uma das atividades com maior potencial de expansão a nível mundial e como um impulsionador do crescimento econômico. Se a nível nacional o interesse do turismo é significativo, a nível local esse setor apresenta-se como um instrumento fundamental no desenvolvimento regional, sendo um meio para evitar a desertificação e a estagnação econômica das regiões, estimulando as potencialidades das zonas mais deprimidas (FRANCO e ESTEVÃO, 2010).

Erkus-Öztürk e Eraydın (2010) afirmam que, apesar do aumento da quantidade de discussões sobre o papel da rede de empresas no turismo, isso não é suportado por estudos empíricos e não consegue explicar como essas redes podem contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Cunha e Cunha (2005) destacam que o Brasil, ao aliar-se ao processo de globalização do turismo, adota as normas da Organização Mundial de Turismo (OMT). Para a OMT, a lógica está calcada no processo de sensibilização, conscientização, interiorização e sustentabilidade do turismo, de forma a promover o planejamento regional integrado, envolvendo assim, os autóctones no processo.

O planejamento formal do turismo por parte do Estado tem seus antecedentes na França, na década de 1940, com a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento Turístico (PEREIRA, 1999). A partir da década de 1960, o planejamento da atividade tornou-se mais comum nos países europeus. A princípio, os planos de turismo tinham um enfoque urbanístico, atentando apenas para a criação de infraestrutura e planejamento e uso do solo (PEREIRA, 1999; GOMES, 2007).

Para Tomazzoni (2007) a dimensão econômica do desenvolvimento, por exemplo, abrange o desenvolvimento regional e o desenvolvimento do turismo. Os elementos identificados no desenvolvimento regional são: delimitação espacial, disparidades intra-

regionais, externalidades, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Quanto aos elementos do desenvolvimento do turismo, de acordo com o mesmo autor pode-se destacar: oferta e demanda; desempenho; priorização; exportação; circuito produtivo; interatividade extra-regional; equalização intra-regional; e acessibilidade.

De acordo com Tomazzoni (2007), a realização do objetivo principal do desenvolvimento regional, por meio do turismo depende da gestão eficaz das três dimensões e da gestão da articulação entre elas, ou seja, a dimensão econômica, dimensão organizacional e dimensão cultural. Deste modo, cada elemento da dimensão econômica se consolidará se houver ações deliberadas de acordo com aplicação dos elementos da dimensão organizacional. Para identificar e diagnosticar a configuração da oferta turística é preciso planejamento e conhecimento. A configuração da oferta é fundamental para conhecimento e mapeamento da realidade regional visando à gestão sistêmica (TOMAZZONI, 2007).

Neste contexto, a análise de aspectos de governança na dimensão organizacional proposta por Tomazzoni (2007), torna-se um fator complementar a visão do autor, fornecendo assim elementos de discussão e entendimento da complexa relação existente no ambiente o qual se desenvolve a atividade turística com vistas ao desenvolvimento regional.

Governança

A discussão de governança inicia na Europa e toma grandes proporções nos Reino Unido e Holanda (PETERS e PIERRE, 1998). As discussões ocorrem por forte influência do Estado de Bem Estar Social, estabelecido na Europa por pressões de grupos de interesse da sociedade. Uma dimensão importante da questão refere-se em como a governança se encaixou na administração pública europeia, principalmente por ser uma região marcada pela tradição na legalidade, hierarquia e controle político. O que abriu caminho para as novas formas de governança na Europa foi longa tradição de envolvimento da sociedade na defesa de seus interesses junto ao Estado (PETERS e PIERRE, 1998).

No Brasil, foi a partir dos anos 90 que as concepções de governança e governabilidade ganharam destaque (RONCONI, 2008). Tal fato deve-se ao país passar a incorporar os ajustes econômicos de corte neoliberal, de ajuste estrutural e de políticas sociais compensatórias e dá início à chamada reforma do Estado, com o objetivo de redefinir o papel do Estado (RAQUEL e BELLEN, 2012). Foi neste período que o Banco Mundial introduz o conceito de boa governança, como pré-requisito para realizar empréstimos aos países em desenvolvimento. Segundo a instituição, a boa governança ocorre quando os governos efetivamente conseguem transformar as suas ações em desenvolvimento socioeconômico para as suas populações. Cabe considerar que as estratégias e a forma para a boa governança ocorrer podem variar, sendo o estado mais ou menos presente, mas mantendo o objetivo de melhores níveis de bem-estar como principal finalidade.

Para Miranda (2012), na ocorrência de uma má governança, bons programas e ações podem ser desvirtuados. Assim sendo, o interesse pelo emprego da governança corporativa no setor público aumentou devido ao novo formato da Administração Pública que possibilita brechas para o surgimento de fraudes e oportunismo por parte de empresas prestadoras de serviços, (HODGES, 1996). Deste modo, percebe-se coerência na aplicação das boas práticas da governança corporativa no setor público, ainda que governos e empresas tenham objetivos

diferentes, ou seja, as empresas visam lucro, enquanto governos são motivados pelo desejo de serem reeleitos (OSBORNE e GAEBLER, 1992). Ademais, o ambiente no qual atuam as corporações também é bastante diferente do ambiente político no qual os governos precisam atuar.

Para Anao (2002), a que governança tem um alcance muito amplo, vai além do gerenciamento, estabelecendo estruturas capazes de lidar com cultura, direção e organização geral das organizações. A governança está associada às formas como as entidades interagem com as expectativas dos diversos stakeholders (FONTES FILHO, 2003). Uma boa governança objetiva estabelecer políticas capazes de orientar ações de uma organização a partir de valores éticos, objetivos e estratégias adequadas e claramente articuladas, atendendo, assim, às expectativas e às necessidades sem infringir políticas, leis e regulamentos estabelecidos (WARING, 2006; CARDOZO, 2012).

A governança pressupõe questões que estão diretamente relacionadas, como a descentralização das decisões políticas, bem como do ganho de poder pela sociedade para participar nos processos de tomada de decisão. Além disso, ao se falar em governança, fala-se também em desenvolvimento regional (PAIXÃO, 2013).

De acordo com Boisier (1996 p. 47):

A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, no sentido de ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacetária.

As relações de poder que permitem estabelecer a governança, não se tratam de relações amistosas, harmônicas, mas de relações que ocorrem em processos conflituosos, com origens inter e extra-escalares, o que pode gerar disputas (DALLABRIDA, 2011), pois deve-se buscar a construção de estratégias multiescalares e de governança multinível que contemplem diversas escalas espaciais, articuladas no território alvo do processo de desenvolvimento. Ainda que haja uma transferência de poder, deve-se relativizar esse poder conquistado pela sociedade, pois encontram-se limitações no que tange à sua efetividade.

Para Dias (2003, p.37), “o turismo é consumidor intensivo de território, e, portanto deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade será adquirida ou fortalecida”.

Discursos de gestão de destinos turísticos atualmente sugerem que a capacidade de uma organização de turismo para implementar estratégias sustentáveis de forma eficaz envolve partilha de poder, colaboração e acordos conjuntos entre a obtenção de recursos dos setores públicos e privados (BRAMWELL e LANE, 2011; JAMAL e GETZ, 1999).

Governança do turismo tem atraído atenção considerável na literatura com um grande número de estudos em diferentes contextos, pretendendo identificar ou prever as características de uma "boa governança" (BEAUMONT e DREDGE, 2010; LOCKWOOD, 2010).

Os primeiros trabalhos na governança do turismo também abraçaram a ideia de que poder, competências e recursos para gerir o turismo foram distribuídos entre atores públicos, privados e não-governamentais, e que governança boa e eficaz é mais provável quando todos

os atores trabalham juntos. Nesses empreendimentos, os governos não estavam mais vista como separada e independente do setor privado, e burocratas já não eram considerados os únicos árbitros de interesse público ou agentes unilaterais de turismo políticas públicas. No entanto, a institucionalização regional prevê barreiras para as partes interessadas locais para integrar nos processos de gestão de destino. (RHODES e WANNA 2009; VALENTE et al., 2015; STOFFELEN e VANNESTE, 2016).

Metodologia

A proposta desta pesquisa pode ser alcançada utilizando-se a abordagem qualitativa de investigação. Para Richardson (2007), a abordagem qualitativa de um problema justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. De acordo com Creswell (2007, p.46) “uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório”. Tal fato significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo. Neste sentido, o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles.

A pesquisa é do tipo exploratória a qual “...procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno” (RICHARDSON, 2007, p. 281). Para Mattar (1996), a pesquisa exploratória pode auxiliar o pesquisador a compreender melhor uma situação. Além disso, o autor destaca que pode ser usada para os seguintes objetivos: acumular informações disponíveis relacionadas a um problema de pesquisa a ser efetuada; auxiliar na determinação de variáveis relevantes a serem consideradas em um problema de pesquisa; e verificar se pesquisas semelhantes já foram realizadas, examinando assim, quais os métodos utilizados e os resultados que foram obtidos.

O método utilizado será o estudo multicase. Neste método é imprescindível que os dados sejam coletados em diferentes fontes. Para isso, serão utilizadas fontes primárias e secundárias.

Como instrumento de coleta de dados, inicialmente, serão utilizadas fontes secundárias a partir da revisão de literatura, tais como livros, periódicos, revistas, jornais e internet, além de dissertações e teses, com a intenção de aprofundar o conhecimento referente ao assunto pesquisado. Será utilizada também a pesquisa documental, incluindo projetos de execução, relatórios de gestão e estatutos, que serão consultados nas prefeituras e instituições que fazem parte do estudo.

Serão utilizadas como fontes de dados secundários as bases de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE para informações relativas à renda do trabalho e número de empregos formais do Setor de Turismo; dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para obter informações relativas a estabelecimentos que atuam no mercado formal do setor de turismo; dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP); o Estudo de Competitividade do Turismo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para Minas Gerais; Pesquisas de Demanda do Turismo em Minas Gerais disponibilizadas pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais (vinculado a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais); os Planos Nacionais de Turismo; dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao produto municipal e dados do Ministério da Fazenda relativos a informações contábeis referentes a receitas e despesas públicas (classificados de acordo com as CNAE's do Setor de Turismo).

Para fins deste estudo, pretende-se buscar ainda outros dados relevantes nas associações comerciais, associações de artesãos, SEBRAE, Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER) e demais instituições envolvidas na promoção do turismo nas cidades pesquisadas.

Para os dados primários, com base em Reich e Benbasat (1996), serão realizadas entrevistas, por meio de roteiro semiestruturado, com diversos atores envolvidos na atividade turística: O poder público, através de secretários, prefeitos e/ou representantes dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR); Instituições de apoio, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associações; empresários de diversos setores ligados diretamente a atividade turística como meios de hospedagem, restaurantes, lojas de artesanato, agências de turismo, dentre outros; e órgãos de governança, como Instituto Estrada Real, Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes. A entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido (MARCONI E LAKATOS, 2003) Neste caso, as perguntas são pré-determinadas, mas podendo haver mudança no transcorrer da aplicação. Será analisado o caso de cada um dos municípios estudados no que se relaciona ao desenvolvimento regional e turismo.

A utilização de uma técnica de análise de dados busca remeter ao tipo metodológico adotado para interpretá-lo (CRESWELL, 2007). Assim, será realizada análise documental das políticas públicas de turismo dos municípios para análise dos dados. Optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo no tratamento dos dados das entrevistas. Tal técnica consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Conforme Bardin (2004), a análise de conteúdo deve ser conduzida seguindo-se as seguintes etapas básicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A primeira consiste em organização do material a ser utilizado no estudo, feita a partir de uma leitura “flutuante” deste. A exploração do material envolve codificação, classificação e categorização do conteúdo, referenciando-se nas abordagens teóricas utilizadas como suporte para o estudo. Por fim, na etapa de interpretação, aprofunda-se a reflexão sobre o conteúdo, visando perceber e estabelecer relações e desvendar o conteúdo latente que os materiais levantados possuem.

Será utilizado ainda a análise categorial que conforme Caregnato e Mutti (2006, p. 683), “a análise categorial é o tipo mais antiga e, na prática, a mais utilizada” na análise de conteúdo. Chama-se de categorial pois o texto em análise é desmembrado em categorias seguindo reagrupamentos analógicos Bardin (2004).

As categorias consistem em rubricas de forma que os elementos de conteúdo são agrupados por parentesco de sentido. Neste sentido, conforme Dionne e Laville (1999), existem três opções para a construção de categorias a saber:

a) modelo aberto: caracterizado por ter categorias não fixas no início, tomando forma no curso da análise, ou seja, no desenvolvimento da pesquisa;

b) modelo fechado: caracterizado pelo fato do pesquisador definir as categorias, antes da análise, apoiando-se em um ponto de vista teórico, do conhecimento prévio; e

c) modelo misto: caracterizado, nesse caso, por algumas categorias serem definidas pelo pesquisador no início, mas existe abertura para modificações ao longo da análise.

Para fins desta pesquisa, será adotado o modelo o misto, uma vez que ao mesmo tempo em que se buscaram diferenciações relacionadas a algumas categorias, consideradas relevantes e diferenciadoras para o estudo, houve a abertura para identificação de outras possíveis categorias no decorrer da análise.

Referente as entrevistas, serão realizadas as seguintes etapas: a) formulação dos roteiros para entrevistas, b) realização das entrevistas, c) transcrição das entrevistas; d) leitura detalhada e atenta do texto, relacionando-o e questionando-o com as questões pertinentes ao estudo, e) análise, examinando regularidade e variabilidade dos dados e f) descrição (SANTOS, 2011). Pretende-se entrevistar ao menos um representante de cada órgão envolvido com a governança da atividade turística nos 3 municípios estudados.

Para atingir a cada objetivo da pesquisa, para o objetivo específico “a” Investigar quais são as ações que os órgãos de governança desenvolvem para fortalecer o turismo na região; serão consultados documentos disponíveis nos sites do Instituto Estrada Real, Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, Secretaria Estadual de Turismo, e também nos Conselhos Municipais de Turismo e Associações, além de ser levantado tais informações nas entrevistas. Para o objetivo específico “b” verificar os resultados gerados pelas ações de fortalecimento do turismo para o desenvolvimento regional; além dos documentos citados anteriormente serão verificado junto a empresários e munícipes a percepção dos resultados atingidos e o impacto no desenvolvimento regional. Para o objetivo “c” verificar como se dá a articulação dos órgãos de governança nas ações desenvolvidas nos municípios estudados; será levantado tais informações nas entrevistas junto aos órgãos de governança, poder público municipal e entidades de apoio.

Análise dos Resultados

Os resultados da pesquisa visa compreender o papel da governança no desenvolvimento regional a partir do turismo na região do Campo das Vertentes, tendo como objeto os municípios de São João Del Rei, Tiradentes e Prados. Para atingir tal finalidade, será adotado o modelo proposto por Tomazzoni, o qual propõe a análise das dimensões Econômica, Cultural e Organizacional. Na dimensão Organizacional fatores relacionados a governança como Envolvimento dos Cidadãos, Transparência, Prestação de contas, Agenda de Igualdade e inclusão, Comportamento ético e honesto, capital (procedimentos justos e devido processo legal), capacidade de competir em um ambiente global, capacidade de trabalhar eficazmente em parceria, sustentabilidade e Respeito pelo Estado de direito serão incluídas como elementos de análise para que seja possível ampliar a discussão e entendimento da complexa relação existente no ambiente o qual se desenvolve a atividade turística com vistas ao desenvolvimento regional.

Conclusão

Pretende-se, ao longo do trabalho, realizar discussões e reflexões sobre governança e desenvolvimento regional, aliado a atividade do turismo nos municípios de Prados, São João Del Rei e Tiradentes. Além disso, propõe analisar os elementos relacionados a governança do Instituto Estrada Real e Circuito Trilha dos Inconfidentes nas ações direcionadas a promoção do turismo na região e o impacto de seus resultados.

A atividade turística existente nos municípios necessita ser mais bem compreendida e analisada por diversos atores, pois sua disseminação e evolução ocorreram como uma espécie de verdade inquestionável, e pode ser capaz de contornar alguns problemas dos municípios e potencializar o desenvolvimento da região. Por isso torna-se necessário compreender sua origem e os interesses que a norteiam, para que a decisão de fomentá-la e/ou promovê-la não seja demasiadamente ingênua ou descomprometida.

Embora não se tenha trabalhado numa perspectiva positivista e hipotéticodedutiva, inicialmente pensa-se que a atividade turística desempenhada nos municípios têm indícios de ser um exemplo efetivo no papel de impulsionadores do desenvolvimento regional, oferecendo um ambiente singular para este estudo. Traços de estratégia coletiva também podem ser notados como a existência de associações e sua interação com atores do poder público e do setor privado para promoção de atividades inerentes ao setor turístico. Tais indícios, em seu conjunto, motivaram a eleger os municípios em questão como objeto investigado na pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALCADE, E. A.; LE BOURLEGAT, C. A.; CASTILHO, M. A. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas, MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. **Interações -Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 223-234, set. 2007.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília: IPEA, 1996.

ANAO - AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE – (Austrália) **Achieving better practice corporate governance in the public sector**. Internacional Quality & Productivity Centre Seminar, 2002. Disponível em:

<http://www.anao.gov.au/uploads/documents/Achieving_Better_Practice_Corporate_Governance_in_the_Public_Sector1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BAIDAL, J. A. I. Regional tourism planning in Spain: evolution and perspectives. University of Alicante, Spain. **Annals of Tourism Research**. v. 31, issue. 2, 2014.

BARBARÁ, S.; LEITÃO, M. C. S.; FONTES FILHO, J. R. A governança regional em turismo: realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 5, nº 4, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEAUMONT, N.; DREDGE, D. Local tourism governance: A comparison of three net work approaches. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n.1, p. 7–28. 2010.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n.4, p. 411–421. 2011.

BESSA, A. S. M. **A construção das paisagens turísticas no velho caminho dos diamantes**. Paisagem e Ambiente: Ensaios. n. 32, p. 129 – 150, São Paulo, 2013.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, Brasília: IPEA, 1996.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

CARDOZO, I. **Governança Pública: A Consolidação de uma Matriz com Atributos que Caracterizam o Tema, na Perspectiva de Especialistas**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2012.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto e Contexto da UFSC**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARVALHO, L. N.; ALBERTON, A. A Responsabilidade social em estabelecimentos turísticos de hospedagem: um estudo na Estrada Real/MG. In: **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**, 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador: Universidade do Vale do Itajaí, 2006. v.1, p. 1-6. Disponível em: <www.anpad.org.br>. Acesso em 21 ago. 2015.

CIRCUITO TURÍSTICO TRILHA DOS INCONFIDENTES. **O que é um circuito turístico?** 2010. Disponível em <<http://www.trilhadosinconfidentes.tur.br/institucional.php>>. Acesso em 22 dez. 2015.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S; GILBERT, D.; SHEPEHERD, R. **Turismo, princípios e prática**. São Paulo: Artimed editora, 2001.

COSTA, E. B.; CASTRO, B. O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. **Geografias Artigos Científicos**. v. 4, n. 1, Belo Horizonte: 2008.

COSTA, F. L.; CUNHA, A. P. G. pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para gestores públicos. In: Congresso Internacional Del Clad sobre la reforma del estado y de la administración pública, 7., **Anais...** Lisboa: Centro Latino-americano de administración para el Desarrollo, Lisboa, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, K. S.; CUNHA da, J. C. Modelo Sistêmico para Avaliação do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, Brasília. **Anais...** Brasília: EnANPAD, 2005.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>>. Acesso em: 10 agosto 2015.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

- DIONNE, J.; LAVILLE, C. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 340 p.
- DREHER, M. T. SALINI, T. S. Governança e Políticas Públicas de Turismo em Gaspar, Santa Catarina. In: VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - SeminTUR. Saberes e fazeres no turismo: interfaces, Universidade de Caxias do Sul – UCS, **Anais...** Caxias do Sul, 2010.
- ERKUS-ÖZTÜRK, H.; ERAYDIN, A. Environmental governance for sustainable tourism development: collaborative networks and organization building in the Antalya tourism region. **Tourism Management**, v.31, n.1, p.113-124, 2010.
- FONTES FILHO, J. R. **Governança organizacional aplicada ao setor público**. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.
- FRANCO, M.; ESTEVÃO, C. O papel das parcerias público-privadas de turismo no desenvolvimento regional: proposta de um modelo conceptual. **Cadernos EBAPE. BR.** v.18, n.4, artigo 2, Rio de Janeiro, Dez, 2010.
- GIL, A. C.; OLIVA, E. C.; SILVA, E. C. Turismo e Regionalidade. **Revista Turismo Visão e Ação** - Eletrônica. v. 11, nº 01, p. 92-111 jan/abr. 2009.
- GIRARD, L. F.; NIJKAMP, P. Narrow escapes: pathways to sustainable local cultural tourism. In: GIRARD, L. F.; NIJKAMP, P. (eds.). **Cultural tourism and sustainable local development**. Aldershot: Ashgate. 2009.
- GOMES, B. M. A.; SANTOS, A. C. Regionalização do Turismo e Relações entre seus Agentes. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 maio 2007.
- HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- HODGES, R.; WRIGHT, M.; KEASEY, K. Corporate Governance in the Public Services: Concepts and Issues. **Public Money & Management**, v. 16, n. 2, p. 7-13, apr./jun., 1996.
- JAMAL, T.; GETZ, D. Community-based roundtables for tourism-related conflicts: the dialectics of consensus and process structures. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 3, n. 4, 290–314. 1999.
- LOCKWOOD, M. Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. **Journal of Environmental Management**, 91(3), 754–766. 2010.
- MARTINS, R. S.; LOBO, D. S.; LABEGALINI, L. CARRIERI, A. P. Atributos Estratégicos nas Compras de Estabelecimentos de Hospedagens: estudo das pousadas de Ouro Preto e Tiradentes no roteiro turístico “Estrada Real”. **Turismo em Análise**. vol. 21, n. 2. agosto 2010.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINAS GERAIS. Governo do estado. **Decreto estadual nº 43.321**, de 8 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/legislacao/leis-e-decretos-estaduais/76-decretos-estaduais>> Acesso em: 06 jan. 2016.
- MINAS GERAIS. **O turismo formal em Minas Gerais: 2006 a 2014**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Turismo, 2015.

- MOLINA, S. **Fundamentos del nuevo turismo**. México: Editorial Trillas, 2005.
- MTUR - **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** - Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). 2ª ed. Revisada - Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- NEVES, R.; CARNEIRO, E. J. Imagens do patrimônio e turismo: metamorfoses e “mercadorização” do território central de Tiradentes, Minas Gerais. **Revista Espaço & Geografia**, Vol.15, N. 2. 2012.
- NEVES, R.; CARNEIRO, E. J. Empreendedorismo e marketing urbano: a mercadorização do centro “histórico” de Tiradentes, Minas Gerais, na ótica do turismo. **Revista Cenário**, v. 2, n. 2, p. 65-81, 2014.
- OLIVEIRA, S. T.; JANUÁRIO, M. V. C. O Turismo em São João Del Rei Minas Gerais: Uma Análise Preliminar. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2007.
- PAIXÃO, L. M. **Arranjos produtivos locais, governança territorial e desenvolvimento turístico no meio rural**: o caso das regiões turísticas da Serra Gaúcha, Bonito e Treze Tílias. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade de Salvador, BA, 2013.
- PEREIRA, C. A. S. **A trajetória da política de turismo em Minas Gerais e o papel do poder legislativo em sua transformação**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1999.
- PIKE, A.; RODRIQUES-POSE, A.; TOMANEY, J. **What kind of local development and for whom?** *Regional Studies* 9: 1253-1269. 2007.
- PITTERI, S.; SAES, M. S. M.; BRESCIANI, L. P. Competências Territoriais e Desenvolvimento Regional: Uma proposta teórico-metodológica para pesquisas interdisciplinares. *Desenvolvimento em Questão*, v. 13, n. 31, p. 6-38, 2015.
- REICH, B. H.; BENBASAT, I. Measuring the linkage between business and information technology objectives. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 20, n. 1, p. 55-81, Mar. 1996.
- RHODES, R. A. W.; WANNA, J. Bringing the politics back in: Public value in Westminster parliamentary government. **Public Administration**, 87(2), 161–183. 2009.
- RODRIGUES, L. M.; SILVA, M. N. S.; DINIZ, R. F. Artesanato mineiro: limites e possibilidades da atividade artesã no município histórico de Prados/MG. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.4, n.11, p. 62-85, out. 2012.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing Government**: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector. New York: Addison-Wesley Publishing Company. 1992.
- PETERS, B. G.; PIERRE, J. Governance Without Government? Rethinking Public Administration. **Journal of Public Administration Research and Theory, University of Strathdyde, Scotland**, n.8, p. 223- 24, 1998.
- RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. Contribuição à Concepção da Governança Pública: Uma Análise a partir da Visão de Especialistas. **XXXVI encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2012.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- RONCONI, L. F. A. **A Secretaria Nacional de Economia Solidária**: uma experiência de Governança Pública. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. 279p. Florianópolis, SC, 2008.

SANTOS, T. S. **Desenvolvimento local e artesanato** : uma análise de dois municípios de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 128 p. 2011.

SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MG. **Circuitos turísticos**. 2007. Disponível em < http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos_turisticos.php>. Acesso em 02 set. 2014.

SILVEIRA, G. T. **Turismo, emprego e renda**: o caso da cidade histórica de Tiradentes - MG. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, P. A. R.; ANDRADE, F. A. V.; CORDEIRO, K. W. Os impactos da organização do ambiente institucional no desenvolvimento do arranjo produtivo local do município de Parintins na Amazonia. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, n. 5, p. 563-573, 2012.

STOFFELEN, A.; VANNESTE, D. Institutional (Dis) integration and Regional Development Implications of Whisky Tourism in Speyside, Scotland. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 16, n. 1, p. 42-60, 2016.

TOMAZZONI, E. **Turismo e desenvolvimento regional**: modelo APL TUR aplicado à Região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil). 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VALENTE, F.; DREDGE, D.; LOHMANN, G. Leadership and governance in regional tourism. **Journal of Destination Marketing & Management**. v.4, n.1 2015.

WTTC - THE WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **The Economic Advantages of Travel e Tourism**. 2014.

VÁZQUEZ B. A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

WARING, C. G. **The Role of Auditing in Public Sector Governance**. The Institute of internal Audit – IIA, 2006.